BOLETIM

ANO XXIII

Nº. 08 - AGOSTO DE 2000

APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

Editorial

Volta às aulas

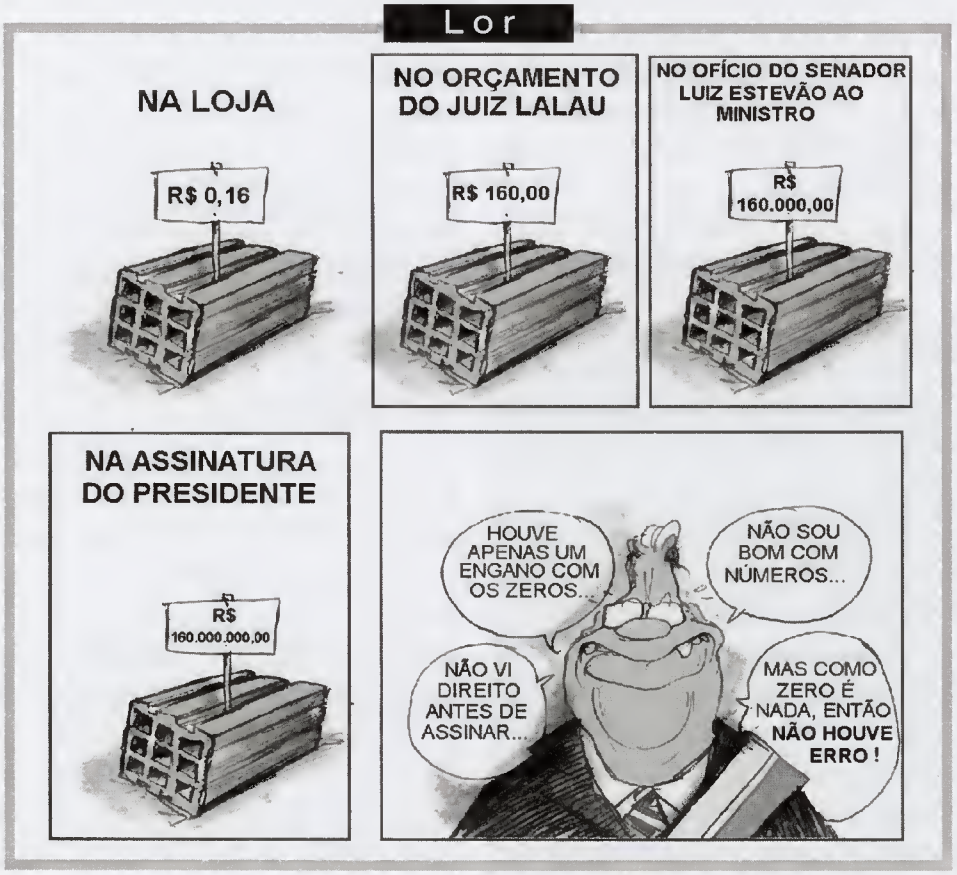
A greve dos funcionários técnicos e administrativos já beira os 90 dias e seus efeitos sobre as atividades acadêmicas começam a ficar incontornáveis. Cinco unidades acadêmicas - Fafich, FAE, Odontologia, Veterinária e Engenharia - não realizaram matrícula e a Faculdade de Direito procedeu a uma inscrição provisória dos alunos. Como algumas destas são responsáveis por mais de um curso de graduação, são aproximadamente 36 os cursos ou licenciaturas afetados. Isso significa desde a paralisação total das atividades até a impossibilidade de oferecer disciplinas do ciclo básico de responsabilidade destas unidades com conseqüências que podem extrapolar seus limites. A regularização de matrículas promovidas de forma precária, com substituição do trabalho de funcionários em greve por professores e estagiários, ameaça criar dificuldades futuras no momento de formalizá-las.

Os reflexos do movimento dos funcionários já vinha se fazendo sentir desde o término do primeiro semestre letivo. As cadernetas de classe foram entregues em algumas unidades aos coordenadores de curso ou à diretoria e, certamente, o DRCA não processou os dados. Nas escolas em que a participação dos funcionários é essencial em laboratórios e clínicas, a finalização do semestre se deu às custas de substituição das atividades didáticas previstas, com evidente perda na qualidade do ensino. A paralisação das bibliotecas, ampliada durante as férias, prejudicou amplamente as atividades da graduação e da pós-graduação, atingindo o âmago das atividades acadêmicas. No campus da Saúde, a redução de atendimento do Hospital das Clínicas a 50% da sua capacidade prejudica e até inviabiliza a qualidade de suas atividades acadêmicas, assistenciais e de pesquisa.

No entanto, o que é mais grave na situação é que o virar as costas para a greve e tentar fazer funcionar a Universidade a qualquer preço, além de enfraquecer o movimento legítimo dos funcionários, é uma incoerência quando consideramos a qualidade do ensino que tanto defendemos. É preciso reconhecer a importância do trabalho dos colegas técnicos e administrativos. Sendo assim, a diretoria da APUBH, reafirma a decisão de seu Conselho de Representantes e de sua Assembléia geral de apoiar os funcionários em sua greve e conclama os colegas professores a uma reflexão sobre o significado e o efeito dos fatos ocorridos.

Mais que isso! Nós, professores, não podemos nos esquecer da fragilidade de nossa atual condição de trabalho e dos ataques constantes que a universidade pública vem sofrendo por parte do governo Federal.

Lor



Revista Caminhos está recebendo textos para próxima edição

Página 3

Andes-SN tem audiência com ministro interino da Educação

Página 4

Reunião conjunta das IFES, IEES e IPES

Confira a seguir alguns pontos do relatório produzido pela Andes-SN com base nas discussões feitas durante a reunião conjunta das IFES, IEES e IPES, ocorrida em Brasília nos dias 21 e 22 de julho. Na oportunidade, a APUBH foi representada pelos professores Ciomara Nunes e José Henriques Maia Filho.

GED/GID - Já há um bom número de estudos nas diversas assessorias do movimento docente e várias ações ajuizadas. Pretende-se consolidar o conhecimento existente e, em relação à GID, dar resposta às atuais violações de direitos, sobretudo em relação aos aposentados.

Emprego público - Essa é uma das mais graves ameaças que pairam hoje sobre a universidade pública brasileira. Grande parte da trajetória em direção à sua implementação foi percorrida sem que o movimento docente a tenha discutido. Atualmente está em vigor a Lei nº 9962, que estabelece parâmetros gerais para regulamentação dos empregos coletistas no serviço público. Essa lei não tem aplicação automática e remete à criação de normas específicas para a criação de empregos, o que não poderá ser feito através de medidas provisórias, permitindo, portanto, que se exerça pressão sobre o Parlamento. Está sendo realizado estudo jurídico detalhado para subsidiar a ação política do sindicato.

Extensão da GID aos aposentados - Conforme o OF Circ. 162/00, de 13 de julho, sugere-se o ajuizamento de mandatos de segurança com pedido de liminar. As informações são de que houve deferimento das liminares em processos da ADUFC, do CEFET-PR, do CEFET-RJ e da APUFSC. E indeferimento do CEFET-MG.

GT Carreira - São quatro os blocos de demandas relacionadas à carreira.

1) Audiências com o MEC, priorizando 1º e 2º graus das IFES, questão dos aposentados e o Plano de Carreira Única protocolizado no Ministério.

2) Reuniões periódicas do GT.

3) Consultas à Assessoria Jurídica Nacional sobre emprego público e transposição para a Carreira Única.

4) Reuniões com outras entidades sindicais do setor da educação para estabelecer estratégias unificadas de lutas contra o regime de CLT e intensificar a discussão sobre a Carreira Única.

GT Verbas - São cinco os encaminhamentos da coordenação do GT.

1) Levantamento, análise e sistematização dos relatórios do GT Verbas do biênio 1998/2000.

2) Implementação do Plano de Lutas no que diz respeito ao GT Verbas, estabelecendo:

a) plano de trabalho do GT;

b) calendário de reuniões do GT (1ª reunião entre 19 e 21 de agosto em São Paulo);

c) calendário de eventos, atividades e oficinas de trabalho do GT;

d) criação do GT Verbas nas Secretarias Regionais .

3) Análise, produção e publicação de estudos sobre financiamento da educação básica (ensinos fundamental, médio e superior).

4) Acompanhamento da Execução Orçamentária da União, estados e municípios e da IES.

5) Levantamento das entidades e instituições que possuem banco de dados com informações sobre financiamento e investimento em educação e ciência e tecnologia, nos setores públicos e privados por estado.

Inova

Ao contrário do que informou a Relação de Convênios da APUBH veiculada em julho passado, o Instituto de Ortodontia Avançada (Inova) não possui escritório à Av. Brasil. O único escritório do Inova funciona à Rua Viçosa, 315, no São Pedro, e os associados, no caso do Instituto, devem, portanto, considerar apenas o endereço número 1 que aparece na Relação de Convênios.

Dívida externa

Entre 2 e 7 de setembro, estarão acontecendo em todo o País mobilizações em prol da realização de um plebiscito para apontar a posição da população brasileira frente ao pagamento da dívida externa. Dentre outros, estão envolvidos com a organização da consulta popular a CNBB, o MST, a CUT, os partidos de esquerda e as Pastorais. As reuniões de organização acontecem às terças-feiras, às 17 horas, na av. Amazonas, 311, 6º andar, no Centro.

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 99/01

PRESIDENTE
Beatriz Alencar d'Áraújo Couto

1º. VICE-PRESIDENTE
Ciomara Maria Pérez Nunes

2º. VICE-PRESIDENTE
Rodney Rezende Saldanha

1º. SECRETÁRIO
Délcio Vieira Salomon

2º. SECRETÁRIO
José Antônio Armanelli

1ª. TESOUREIRA
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

2º. TESOUREIRA
Rosângela Carrusca Alvim

1º. SUPLENTE
Maria Inês de Melo Toledo

2º. SUPLENTE
Juliana Vilela Bastos

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Nilson Ferreira Freitas

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Murilo Gontijo
Reg. Prof. 4876/MG

IMPRESSO
Mariti Artes Ltda.

TIRAGEM: 3.000 exemplares
APUBH - Rua Artur Itabirano, 70
Bairro São José/Pampulha
CEP 31275-020 • Belo Horizonte • MG
Tel: (0xx31) 441-7211
Fax: (0xx31) 441-1303

e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: http://apubh-ufmg.org.br

Não à substituição dos funcionários em greve

A diretoria da APUBH reuniu seu Conselho de Representantes, no dia 2 deste mês, para debater as questões relativas às implicações da greve dos funcionários técnico-administrativos, para as atividades da UFMG, na retomada das aulas e, sobretudo, seu reflexo na qualidade do ensino. Consideramos, em primeiro lugar, a justeza e legitimidade da greve e a importância das diversas categorias dos funcionários para a existência mesma da universidade e da educação de qualidade que nela se desenvolve.

Com a paralisação de quase 90 dias, de setores fundamentais, como laboratórios e clínicas, bibliotecas, gráfica, além da suspensão do processamento de matrículas, não há condições de começar as aulas. Algumas unidades realizaram matrícula informalmente, outras nem têm quadro de oferta de disciplinas e outras sequer realizaram matrícula. Muitos professores não entregaram cadernetas do semestre passado, o que torna mais complicada a situação dos alunos e dos professores, que nem sabem se o aluno está apto a cursar sua disciplina.

E o que é pior: em alguns processos de matrícula, os funcionários encarregados dessa tarefa estão sendo substituídos por professores e estudantes bolsistas ou monitores que também estão realizando outras tarefas dos funcionários como atendimento em bibliotecas. Tais procedimentos envolvem questões sérias de responsabilidade jurídica e ética.

Os professores presentes à reunião se manifestaram indignados com essa postura dos colegas de substituir os funcionários, quando eles estão em luta para sair da situação miserável em que se encontram, dentro de uma Universidade que se quer modelo para o País. E conclamam todos os colegas professores e estudantes a prestarem integral apoio a essa luta que também é nossa, se queremos uma universidade autônoma democrática e uma educação pública de qualidade.

Revista Caminhos estará recebendo textos até o final de agosto

Estamos aguardando os artigos para a Revista CAMINHOS. Nossa revista abre espaço para todos os professores da UFMG, de preferência os associados da APUBH. Gostaríamos que houvesse maior contribuição dos professores. Solicitamos a todos os interessados em enviar artigo que o façam o mais rápido possível. Diante da dificuldade de reunir o Conselho Editorial, seu Coordenador - Prof. Délcio Vieira Salomon - toma a iniciativa de comunicar a todos que o próximo número não terá temática única como já aconteceu com números anteriores (como "aniversário da APUBH" – "greve" – "autonomia" etc...). Óbvio que, dentro da liberdade de escolha, hão de prevalecer a *conjuntura nacional*, a *crise* por que passa *a universidade pública no governo neoliberal de FHC*, a *greve dos SPFS*. Mas é apenas um indicador. A escolha é livre.

Diante de várias solicitações, a partir do próximo número haverá na revista uma seção de CARTAS do LEITOR. Portanto, mesmo que o prezado companheiro não se sinta com vontade ou tempo para escrever um artigo, bem que poderia mandar-nos recado, opinião, comentário, crítica, denúncia ou algo semelhante.

A princípio, o prazo para receber artigos e cartas vai até o final de agosto/ 2000.

Tanto para os artigos como para as cartas, a melhor maneira de enviá-los é por *e-mail* ou por *disquete*. O *e-mail* da APUBH é: correio@apubh-ufmg.org.br

Ação dos 28,86%

A APUBH, através de sua assessoria jurídica, alerta a todos os professores que ingressaram em juízo pleiteando o aumento de 28,6% concedido aos militares - e que, posteriormente, firmaram acordo com a UFMG - que encaminhem à sede desta entidade cópia xerográfica autenticada do acordo firmado.

Andes-SN reúne-se com ministro interino da Educação

No dia 20 de julho, a Andes-SN reuniu-se com o ministro interino da Educação, Luciano Patrício, para tratar da pauta de reivindicações protocolizada no MEC em 30 de junho de 2000 e sobre a qual o Ministério ainda não se manifestara. As conversações com Patrício seguiram cinco eixos, tomando como referência a pauta aprovada no 19º Congresso e atualizada no 40º Conad. Discutiu-se sobre: 1) carreira, RJU e malha salarial; 2) autonomia e financiamento; 3) educação tecnológica; 4) financiamento à área de ciência e tecnologia; e 5) avaliação. Durante a reunião, a Andes-SN relatou ainda a insatisfação e a preocupação dos docentes com os rumos da política universitária em curso, enfatizando que os professores de 1º e 2º graus continuam sendo tratados de forma diferenciada e discriminatória, assim como os aposentados. Foi comunicado ao ministro interino que os docentes de 3º grau também estão insatisfeitos com a GED. A Andes-SN lembrou também que, em decorrência das negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, deveria ser preparada uma Mesa Setorial de Interlocução no Ministério e que a questão teria de ser pautada.

Em relação à Mesa de Interlocução, o ministro interino respondeu que seguiria as orientações definidas no Ministério do Planejamento. Indagado sobre a possibilidade de já abrir um processo de interlocução, Patrício disse que aguardaria as instruções governamentais.

O ministro interino disse existirem diferenças profundas entre as propostas da pauta protocolizada e o que o MEC pensa a respeito da universidade e de seu futuro. Segundo ele, a universidade só terá um futuro promissor com o fim do RJU, possibilitado pela Emenda Constitucional nº 20. "O RJU foi muito negativo para a universidade, pois a folha de pagamento de aposentados acaba inviabilizando seu futuro", afirmou.

Quanto à posição do MEC em relação à paridade entre ativos e aposentados, o ministro interino assumiu a quebra de paridade, asseverando que a gratificação é por produtividade e que não é possível mensurá-la em quem não produz. No caso da GID, ele reconhece que há uma controvérsia judicial, acompanhada pelo Governo para haja um posicionamento posterior.

> O MEC está fortemente empenhado na viabilização do emprego público, visto como um instrumento para colocar fim à aposentadoria "integral"

Patrício afirmou que a carreira docente não pode ser tratada desvinculadamente do emprego público. O Sindicato Nacional esclareceu que a questão é de alta prioridade para os professores e que a manutenção do RJU seria fortemente reivindicada. O ministro interino disse que não existem soluções fáceis nesse caso e que desconhecia argumentos que o fizessem mudar de posição quanto ao emprego público.

Em relação à autonomia, Luciano Patrício disse que o MEC deseja uma autonomia ampla e que, com ela, o debate a respeito da carreira estaria superado. A Andes-SN afirmou estar em profunda divergência com o Governo quanto ao tema, destacando a necessidade de o Estado garantir o financiamento público e as condições materiais para que a universidade pública possa se constituir em uma autêntica esfera pública, regida pelas mediações singulares que a configuram.

A avaliação final da Andes-SN sobre a reunião com Luciano Patrício é de que o governo Federal e, mais especificamente o MEC, está fortemente empenhado na viabilização do emprego público, visto como um instrumento para colocar fim à aposentadoria "integral". O MEC não tem, até o momento, nada a apresentar a respeito da pauta de reivindicações dos docentes, tida como incompatível com a política do Executivo Federal. O salário, conforme o ministro interino, já está corrigido pela GED; a carreira, somente como emprego público; a paridade entre ativos e aposentados é vista como obstáculo ao futuro da universidade; a GID é tida como alternativa possível; a autonomia, somente nos termos já apresentados pelo MEC. E, mesmo em relação à Mesa Setorial, Patrício não demonstrou qualquer empenho em viabilizá-la. "A situação é extremamente grave pela magnitude das questões em curso, exigindo forte mobilização para que a Mesa Setorial seja instalada e as negociações sejam efetivas", conclui o relatório da audiência.

IMPRESSO